



DECISÃO

EU, **DANIEL EMERICK DE OLIVEIRA**, Presidente da CPL e Pregoeiro, venho por meio do presente instrumento, em resposta a impugnação protocolada pelo **A & E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA**, assim se manifestar:

Prefacialmente cumpre ressaltar, que o Processo Licitatório n. 000422/2022, Tomada de Preço n. 005/2022, tem como objeto à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil, em contabilidade pública, em conformidade com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Finanças, conforme especificações e quantidades estimadas, tendo como valor estimado o referido processo licitatório a importância de R\$ 145.200,00 (cento e quarenta e cinco mil e duzentos reais).

Necessário asseverar que ao analisar a tempestividade da presente peça impugnatória verifico que em conformidade com o art. 41, §2º da Lei n. 8.666/93 esta se encontra dentro do prazo para aceitação e análise.

Compulsando as linhas argumentativas da peça impugnatória verifico coerência por parte da **IMPUGNANTE** quando está adentra ao campo da "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA", fato este a ensejar a suspensão do feito para que o edital seja retificado e posteriormente republicado.

Já em relação as linhas argumentativas que indicam supostamente irregularidades no "CAPÍTULO X - DOS PROCEDIMENTOS E JULGAMENTOS", verifico que neste ponto a **IMPUGNANTE** não tem razão, vez que rebater algo que no edital não exige, ao informar erroneamente que o edital possui em seu bojo "TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO" com a suposta observação de que o referido documento visa unicamente agilizar o andamento do processo na hipótese da empresa interessada não se fazer representar por pessoa devidamente credenciada, sendo que sua não apresentação, não implica na inabilitação ou desclassificação do proponente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES



Como facilmente se pode observar na leitura do edital na cláusula "X - DA ABERTURA DOS ENVELOPES" não há tal exigência e o tema a ser regulamentado é outro.

Ademais, é de conhecimento público e notório que a Administração pública Municipal preza pela garantia dos direitos constitucionais dentre os quais o direito ao recurso e mesmo o direito ao pedido de esclarecimento e impugnação que fazem parte dessa seara, motivo pelo qual tal linha argumentativa neste ponto em específico deverá cair no mar do esquecimento.

Por todo o exposto, julgo procedente os pedidos elaborados pela **IMPUGNANTE**, suspendendo o edital para sua posterior retificação no campo das "QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS".

Atenciosamente,

Irupi/ES, 02 de agosto de 2022.

DANIEL EMERICK DE OLIVEIRA
Presidente da CPL/Pregoeiro